

AS CRISES PASSARÃO. OS *CADERNOS DO CEAS*, PASSARINHO! OS DESAFIOS DE UMA REVISTA CRÍTICA DE HUMANIDADES NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO*

The crises pass. The *Cadernos do CEAS*, birdie!
The challenges of a Critical Magazine of Humanities in the present brazilian context

Iraneidson Santos Costa**

Resumo

O texto resgata de maneira sucinta algumas das tensas conjunturas que marcaram a trajetória dos *Cadernos do CEAS* ao longo de seus quarenta anos de publicação ininterrupta, entre 1969 e 2009, buscando sistematizar, a partir das experiências e reflexões, um leque de orientações que possam servir de baliza para os desafios que se colocam nesta nova fase do periódico, retomada agora numa frutífera parceria do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) com a Universidade Católica do Salvador (UCSal) e a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). A partir de textos publicados por alguns de seus redatores e redatoras no decorrer destas décadas, sinaliza-se para a valorização da reflexão sem descurar da realidade em que a mesma está assentada, da qual deriva e para a qual se destina, confirma-se a vitalidade da fórmula “um pé dentro, o outro fora” na relação com diversas institucionalidades e chama-se a atenção para a importância da abertura ao debate sem receio de expor concepções conflitantes e da defesa de posições contra-hegemônicas sem temer as possíveis consequências daí advindas.

Palavras-chave: *Cadernos do CEAS*. CEAS. UCSal. UNICAP.

O atual contexto brasileiro é de uma profunda crise (política, econômica e moral) e se há uma coisa na qual os *Cadernos do CEAS* são bons é de crise. Aliás, seu surgimento se deu justamente numa das mais graves crises políticas da história recente do Brasil, uma vez que as três primeiras edições, publicadas em formato mimeografado em março de 1969, saíram apenas quatro meses depois da decretação do famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5) pela ditadura civil-militar brasileira. Ademais, durante seus quarenta anos de publicação ininterrupta, entre 1969 e 2009, várias foram as crises que atravancaram os caminhos das classes populares e dos *Cadernos do CEAS*.

* Esta comunicação foi apresentada no debate realizado na Universidade Católica do Salvador (UCSal) por ocasião do lançamento da edição 234 dos *Cadernos do CEAS*, em 18 de dezembro de 2015.

** Doutor em História (Universidade Federal da Bahia), professor adjunto III do Departamento de História da UFBA e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA (PPGH/UFBA). É sociólogo e mestre em História pela UFBA (1997). Membro da ANPHLAC, diretor de Estudos e Publicações do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e membro do Comitê Editorial dos *Cadernos do CEAS* (dos quais foi redator entre 2001 e 2007). E-mail: icosta@ufba.br

Nesta comunicação, revisitaremos, de maneira breve, algumas das tensas conjunturas que marcaram a trajetória da revista, buscando sistematizar, a partir das experiências vividas e das reflexões tecidas, um leque de orientações que possam servir de baliza para os desafios que se colocam nesta nova fase do periódico, enquanto revista crítica de humanidades, retomada agora numa frutífera parceria do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) com a Universidade Católica do Salvador (UCSal) e a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Aproveitaremos para fazer uma singela homenagem a alguns dos redatores e redatoras que conduziram o periódico no decorrer dessas décadas, recuperando textos por eles publicados.

O CEAS foi fundado em 1967, e se resumia, naquela época, a um grupo de seis jesuítas, todos estrangeiros radicados na Bahia entre 1953 e 1960: o espanhol Francisco Xavier López Barturen (1930-2011), o albanês Antônio Kelmendi (1922-1996) e os italianos Pedro Dale Nogare (1913-1990), Domingos Cúnico (1915-1990), Gian Maria Gardenal (1911-1994) e Cesare Giuseppe Galvan¹. Numa reunião ocorrida em março de 1968, antes, portanto, do AI-5, eles haviam avaliado a posição do CEAS diante da situação político-social do Brasil e decidiram

seguir uma linha de prudência, pelo menos como grupo [...]. Não se trata tanto de denunciar, quanto de estudar e contribuir a um conhecimento objetivo de nossos problemas sociais. [...] Foi também tomado em consideração o fato de os membros atuais sermos estrangeiros²

A preocupação era mais do que legítima. A palavra “estrangeiro” aparece nada menos que 14 vezes ao longo dos 58 artigos do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, justificando a atitude de prudência adotada por aqueles jesuítas fundadores (BRASIL, 1967). A ideia de uma publicação periódica surgiu um pouco depois, quando ao grupo se incorporaram jesuítas mais jovens, a exemplo do bergamasco Cláudio Perani (1932-2008), e leigos, como Luiz Antônio Amorim de Aguiar e Joviniano Soares de Carvalho Neto. A proposta inicial visava à aplicação da Doutrina Social da Igreja (DSI) à realidade social nordestina: “trata-se de elaborar e difundir um pensamento adaptado”³. Na definição do perfil da revista, optou-se por “um meio termo

¹ Cesare Galvan é professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pesquisador do Centro Josué de Castro, de Recife.

² *Atas do CEAS*, 11 mar. 1968, p. 10-11. Arquivo do Centro de Documentação do CEAS.

³ *Atas do CEAS*, 11 set. 1968, p. 16. Arquivo do Centro de Documentação do CEAS.

entre um nível científico doutrinário e um estudo concreto da realidade”⁴. A orientação aqui é crucial: valorizar a reflexão sem descurar a realidade em que está assentada, da qual deriva e para a qual se destina.

Vale registrar que, em meio a esta discussão sobre o formato da publicação e seus meios de difusão, chegou-se a cogitar uma associação com a Arquidiocese de São Salvador, através do Instituto de Desenvolvimento Integrado (IDI), então dirigido por Pierre Tanguay, jesuíta canadense vinculado à Unicap, como que numa antecipação da parceria que vingaria quase 50 anos depois. Em 1969, ano de inauguração do IDI, aí ensinavam, além dos leigos Thales de Azevedo, Ângelo Calmon de Sá e Edivaldo Boaventura, alguns jesuítas do CEAS, como Cesare Galvan, Cláudio Perani, Domingos Cúnico e Tomás Cavazzuti⁵.

No que diz respeito à relação com as diversas institucionalidades, creio que esses tempos pioneiros tenham muito a contribuir na presente refundação da revista. Depois de quase dez anos de fechamento total dos espaços políticos institucionais, por conta do AI-5, o crescimento das oposições trouxe um desafio inédito para os movimentos sociais: posicionar-se na nova ordem política sem negligenciar o comprometimento que uma institucionalização desmedida poderia trazer para as lutas populares. A Equipe Editorial dos *Cadernos do CEAS* indicou a necessidade de renovar as organizações existentes, como grupos, associações, sindicatos e partidos, ou pensar novas, mas tendo sempre o cuidado de “manter um pé dentro e um pé fora” (CEAS, 1977, p. 6).

Em 1978, um editorial, cujo título destoava do tom oposicionista corrente – “Antes que partidos...” –, defendeu a tese de que a tarefa primordial para os simpatizantes das lutas das classes trabalhadoras e os democratas em geral não era a criação de novos partidos legais de oposição, mas a elevação do “nível de organização, de consciência e educação política das massas” (CEAS, 1978a, p. 9). Praticamente um ano depois, voltava-se à carga, ressaltando que, “quanto à criação de *novos partidos*, achamos que não é ainda tarefa primeira; mais importante é continuar no esforço para elevar a consciência e a organização das classes trabalhadoras” (CEAS, 1979, p. 7, itálicos no original).

Com efeito, nas discussões até então realizadas em prol da construção de um “partido

⁴ *Atas do CEAS*, 2 jan. 1969, p. 37. Arquivo do Centro de Documentação do CEAS.

⁵ O italiano Tomás Cavazzuti chegou à Bahia em 1964, ainda como escolástico.

dos trabalhadores”, vinha predominando um teor marcadamente acadêmico, quando não um enfoque predominantemente eleitoral, o que relegava para um plano inferior justamente aquele que deveria ser o ponto nevrálgico: “que relação poderia [o partido] guardar com as formas de organização do povo que, a duras penas, têm despontado no País?” (CEAS, 1979, p. 8).

Esse foi um tema recorrente da revista nos anos seguintes. E, apesar de variações naturais em função de conjunturas específicas, a reflexão continuou norteando-se por aqueles mesmos parâmetros, ora ponderando que as condições objetivas talvez ainda não estivessem “maduras para a formação de um partido autenticamente popular” (CEAS, 1978b, p. 62), o que implicava que as várias organizações populares deveriam empenhar-se na criação de tais condições, ora insistindo no risco do movimento dos trabalhadores ser absorvido e substituído pelas disputas eleitorais (CEAS, 1978c), outras vezes ainda criticando as radicalizações políticas de vanguardas pequeno-burguesas mais interessadas em reproduzir mecanicamente seus métodos de agitação e propaganda do que favorecer a politização das classes populares a partir de suas próprias experiências (CEAS, 1980a). Enfim, procurava-se alertar tanto para os resquícios do autoritarismo tradicional em relação ao povo quanto para o basismo típico dos agentes da Igreja, levantando alguns indicadores para uma contribuição efetiva da atuação partidária institucional:

Não privilegiar o parlamento enquanto objetivo e solução; o trabalho contínuo e não-eleitoreiro; o apoio decidido às lutas e interesses populares; um trabalho concreto de mobilização e organização das camadas populares (CEAS, 1980b, p. 5).

A teorização desenvolvida neste período foi de fato bastante consistente. No caso de Cláudio Perani, responsável pela revista entre 1974 e 1994, é notável o empenho na reflexão acerca da construção de um novo poder a partir do serviço, recolocando as coisas no seu devido lugar: “Será que podemos afirmar tranquilamente que o partido unifica as lutas, aumenta o poder do povo, faz o processo avançar?” (PERANI, 1982, p. 9). O jesuíta italiano via nesta supervalorização das organizações tradicionais uma passagem muito rápida da esfera do *político* para a do *político partidário*. Acreditamos que a fórmula “um pé dentro, o outro fora” permanece válida nos tempos atuais, quando os periódicos brasileiros se veem constantemente pressionados a se adequar a um determinado paradigma de produção acadêmica, muitas vezes em detrimento de certos aspectos de suas próprias identidades editoriais.

Outro componente essencial a uma revista crítica contemporânea é a abertura ao debate

sem receio de expor concepções conflitantes, quando não excludentes. Uma dessas polêmicas se deu em torno da *violência*, questão extremamente sensível na década de 1980, ainda mais em se tratando de uma publicação ligada a uma ordem religiosa e cujo público leitor era, em sua grande maioria, cristão. Na ausência de unanimidade na Equipe Editorial, os *Cadernos do CEAS* serviram para amplificar o debate. Uma concepção extrema era a de Tomás Cavazzuti, que foi professor da UCSal em meados da década de 1970 e redator da revista entre 1973 e 1985. Partindo de um conceito político de violência, enquanto “toda situação de dominação ou opressão que impeça a alguém se realizar e ser mais”, ele defendia que “o recurso à violência na defesa dos direitos fundamentais do homem pode ser expressão do amor” (CAVAZZUTI, 1983, p. 70). Numa posição intermediária, Cláudio Perani procurava ampliar o foco da análise, sem perder de vista a luta pela justiça:

O Papa [João Paulo II] parece condenar igualmente a violência fascista e a violência revolucionária, a segunda mais responsável por conter erros doutrinários. Será que não temos que inverter a perspectiva? A verdadeira violência é prioritariamente aquela do regime capitalista, que explora os trabalhadores e mata os irmãos. A luta revolucionária é uma resistência a tal dominação, é a procura de relações mais fraternas. Nisso há uma diferença fundamental (PERANI, 1983, p. 62).

Nesta mesma (e decisiva) década de 1980, outro debate travado nas páginas do periódico teve como tema a *democracia* e foi norteado pelos caminhos concretos a serem percorridos para alcançá-la. Explicitado em várias edições da revista, evidenciou “não apenas as posições comuns, como também os pontos em que as perspectivas divergem” (CEAS, 1982, p. 8)⁶.

A exposição, no entanto, cobra seu preço. A entidade e sua revista foram vítimas de uma persistente campanha difamatória movida por diversos veículos midiáticos locais e nacionais, a começar pela revista *Veja*, que martelava na qualificação do CEAS como uma entidade composta por “jesuítas de esquerda”⁷. E, quando, em 1982, o papa João Paulo II, ao justificar a intervenção na Companhia de Jesus, exortou os jesuítas a se adaptarem “às diferentes formas de apostolado tradicional”, este mesmo semanário aproveitou o ensejo para voltar à carga, criticando a atuação de alguns jesuítas no mundo, com especial atenção para o CEAS,

⁶ A continuação desta contenda pode ser acompanhada através do artigo de José Crisóstomo de Souza (1982), então coordenador da Equipe de Redação.

⁷ *Veja*, São Paulo, 28 mai. 1980.

“que discute em sua revista mensal (sic) temas como o ‘pensamento político de Lênin’”. E lançou sua praga: “Os jesuítas do CEAS baiano não serão imediatamente devolvidos às salas de aulas dos colégios da Ordem, mas é igualmente certo que sua revista bimestral não terá vida longa”⁸. Eles quase acertaram, mas a retomada da revista está demonstrando que não...

A desconfiança e a censura não se restringiram, porém, aos meios de comunicação, atingindo as esferas mais altas do campo eclesial. No começo de 1982, o arcebispo de São Salvador, cardeal dom Avelar Brandão Vilela, escreveu uma carta a Cláudio Perani, então coordenador do CEAS e dos *Cadernos*, inquirindo acerca da identidade ideológica do economista Gabriel Kraychete Sobrinho, professor do Instituto de Teologia da UCSal e um dos mais atuantes membros da Equipe Editorial:

Solicito de Cláudio Perani que diga se Gabriel é marxista, pois, se é marxista, não pode, por nenhum princípio, lecionar no Instituto, muito menos como preparador de terreno para a Pastoral [...]. Jamais, porém, aceitei o CEAS, como tal, no seu conjunto heterogêneo, como um órgão no qual pudesse entregar o destino da nossa pastoral arquidiocesana. [...] O CEAS não pode assumir a Pastoral da Arquidiocese⁹.

Eis, aqui, mais um dos desafios de uma revista crítica de humanidades nos dias de hoje: assumir posições contra-hegemônicas, ousar remar contra a maré, sem temer as possíveis consequências daí advindas. Até porque o reconhecimento termina por vir, às vezes de quem menos se espera. No caso dos *Cadernos do CEAS*, veio do ilustre sociólogo baiano Thales de Azevedo, famoso não apenas por sua inegável competência intelectual como também pelas posições políticas assumidamente conservadoras, o que não o impediu de ressaltar a importância da revista na segunda edição do clássico *As Ciências Sociais na Bahia*, publicado em 1984: “Somente os *Cadernos do CEAS* circulam persistentes, há anos, acolhendo trabalhos de índole científica e opinativa” (AZEVEDO, 1984, p. 89).

As marés mudaram muito desde que o mestre Thales fez seu elogio já no ocaso do regime ditatorial: a transição democrática sobreveio e os *Cadernos do CEAS* mantiveram sua “índole científica e opinativa” para questionar a “transação” que marcou as alianças dos grupos

⁸ Recado aos jesuítas, *Veja*, São Paulo, p. 6, 10 mar. 1982. A intervenção pontifícia, ocorrida sob o pretexto da grave doença do seu Prepósito Geral Pedro Arrupe, acometido de uma trombose cerebral no ano anterior e, por conseguinte, obrigado a renunciar ao cargo (que é vitalício), foi o trágico e inesperado desfecho de uma crise que se desenrolava entre a referida ordem religiosa e a Cúria Romana desde a eleição do papa polonês, em 1978.

⁹ *Carta de Dom Avelar Brandão Cardeal Vilela ao Pe. Cláudio Perani*, Salvador, 20 mar. 1982. Arquivo do Centro de Documentação do CEAS.

políticos vitoriosos nas eleições daquele ano, sinalizando as limitações do Congresso Constituinte então constituído:

Teme-se, portanto, que mais uma vez a esperança de mudanças não se concretize e se dilua em alterações nos figurinos do poder ou na renovação dos aparelhos e cargos. Que mais uma vez o povo penetre num beco escuro, sem saber decerto o que o espera do outro lado, com a substituição de governantes não respaldados em programas detalhados do que pretendem mudar ou conservar. Que se avalize personalidades ou se dê crédito de confiança a pessoas, na expectativa de que essas simplesmente usem o bom senso e, de quando em vez, efetuem algumas concessões sociais (CEAS, 1986, p. 9).

Por fim, merece resgate um texto de autoria de Nelson Oliveira, redator da revista por dez anos, entre 1993 e 2003, o qual serviu de insumo para um instigante debate sobre a conjuntura brasileira realizado no CEAS em fevereiro de 2003 com representantes de mais de trinta entidades de assessoria popular, ONGs, comissões pastorais e movimentos sociais em geral. Uma vez mais, os ventos da mudança anunciada pelo recém-empossado governo Lula traziam uma brisa de esperança para as classes populares. Todavia, a revista, através de um dos seus redatores mais longevos, alertava para a armadilha da aposta na competência gerencial do novo grupo no poder desacompanhada de uma significativa alteração do estado de coisas, visto que o fundamental seria “mudar a correlação de forças políticas, e isso não se faz pela via administrativa em hipótese nenhuma” (OLIVEIRA, 2003, p. 15). Diante da precisão da análise crítica então esboçada, e de sua surpreendente atualidade, pedimos licença para uma longa citação:

Nem culturalmente também temos a hegemonia, porque, na realidade, o que passa hoje pela cabeça das pessoas é que devemos ser competitivos, batalhar, vencer lá fora [...]. Nesse sentido, acho que a discussão que os movimentos sociais têm feito nos últimos anos pode, se não mudar, sensibilizar que é preciso não somente seguir o rumo, mas *é preciso sair do rumo*, é preciso ter coragem de sair dessa direção que está sendo imposta a nós [...]. Não estão sendo postas alternativas, mas sim como administrar o existente. [...] Mas a hegemonia não surge por acaso, nós a construímos. De fato, vivemos anos e anos de difusão, para a juventude e para os não-jovens também, que o Brasil precisa ser competitivo e eficiente, numa das mais significativas vitórias do neoliberalismo [...]. A crítica às vezes é crua, porque, na realidade, ela não satisfaz, sobretudo numa sociedade como a nossa, que precisa ter esperança. Nós também temos esperança, sonhamos também, mas procuramos não ter ilusões [...]. As ilusões provocam muitas conversões inadequadas, e todos aqueles que se auto-iludiram ou tentaram iludir utilizando-se da boa vontade de alguém, ou ele já é um convertido ou caminhou no sentido da própria conversão e se dirigiu aos chamados poderes que destroem nosso próprio

sonho (OLIVEIRA, 2003, p. 17; 21; 25, itálicos no original)¹⁰.

Em meio a tantos e tão complexos desafios que o contexto brasileiro nos coloca, resta uma certeza: as crises que atravancam os nossos caminhos, elas passarão. Os *Cadernos do CEAS*, passarinho!¹¹.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. **As Ciências Sociais na Bahia**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 314**, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 13 mar. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

CAVAZZUTI, Tomás. Violência e sociedade. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 83, p. 64-70, jan./fev. 1983.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL (CEAS). Um ano de lutas (editorial). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 52, p. 3-6, nov./dez. 1977.

_____. Antes que partidos... (editorial). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 54, p. 5-9, mar./abr. 1978a.

_____. A questão do socialismo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 56, p. 57-62, jul./ago. 1978b.

_____. Trabalhadores – Democracia – Eleições (editorial). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 57, p. 5-9, set./out. 1978c.

_____. Dez anos (editorial). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 59, p. 3-7, jan./fev. 1979.

_____. Os rumos do movimento popular (editorial), **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 67, p. 3-10, mai./jun. 1980a.

_____. Os partidos e as bases (editorial). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 68, p. 3-5, jul./ago. 1980b.

_____. Democracia: metas e caminhos. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 79, p. 8-13, mai./jun. 1982.

¹⁰ A propósito, num artigo publicado no ano anterior, Elsa Kraychete, que foi coordenadora (1983-1987; 1989-1991) e redatora (1991-1993) dos *Cadernos do CEAS*, desvelava o papel das ONGs parceiras do Estado nas políticas de combate à pobreza e concessão de microcrédito enquanto “educadoras para o mercado”, agências destinadas a disseminar o “discurso do indivíduo racional e maximizador, para o qual é lícita uma visão individual de mundo” (KRAYCHETE, 2002, p. 48).

¹¹ Inspiramo-nos aqui, obviamente, no belo “Poeminho do Contra” de Mário Quintana: “Todos estes que aí estão/Atravancando o meu caminho,/Eles passarão.../Eu passarinho!” (QUINTANA, 2006, p. 257).

_____. Muda Bahia, Muda Brasil. Mudar para onde? (editorial). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 106, p. 5-10, nov./dez. 1986.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. Microcrédito: política de combate à pobreza ou abertura de novos mercados para os bancos? **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.200, p. 37-48, jul./ago. 2002.

OLIVEIRA, Nelson. “É preciso sair do rumo!” (debate sobre a conjuntura). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 204, p. 9-27, mar./abr. 2003.

PERANI, Cláudio. Pastoral Popular: poder ou serviço? **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 82, p. 7-19, nov./dez. 1982.

_____. O Papa na América Central. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 86, p. 54-65, jul./ago. 1983.

QUINTANA, Mário. **Caderno H**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2006.

SOUZA, José Crisóstomo de. O CEAS e a democracia no concreto. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 80, p. 8-12, jul./ago. 1982.

Abstract

The text rescues succinctly some of the tense situations that have marked the trajectory of the *Cadernos do CEAS* throughout his forty years of continuous publication between 1969 and 2009, seeking to systematize, from the experiences and reflections, a set of guidelines that can serve as a north for the challenges that this new phase of the journal brings, republished now in a fruitful partnership between of the Center for Studies and Social Action (CEAS), Catholic University of Salvador (UCSal) and Catholic University of Pernambuco (Unicap). From texts published by some of his editors over the decades, is signaled the appreciation of the reflection without neglecting the reality in which it is based, from which derives and for which it is intended, is confirmed a vitality of the formula “one foot inside, the other outside” in relation to various institutionalities and is called attention to the importance of openness to debate without awe of exposing conflicting conceptions and of defense a positions counterhegemonic without fearing the possible consequences arising therefrom.

Keywords: *Cadernos do CEAS*. CEAS. UCSal. UNICAP.